

A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS MARINHEIROS BRASILEIROS NO CONTEXTO DA GUERRA DA COREIA (1950-1953)

Ricardo Santos da Silva¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo investigar a mobilização política dos marinheiros da Marinha de Guerra do Brasil que atuaram no contexto da Guerra da Coreia (1950-1953), quando se debatia no país, se o Brasil deveria participar do conflito asiático. Esta abordagem tem como ponto de partida o pós-guerra e o desencadeamento da Guerra Fria, momento em que este confronto ideológico e multifacetado politicamente ganha contornos de um conflito entre capitalismo x comunismo, e que na ocasião esteve próximo de uma guerra nuclear. Se o perigo comunista havia sido a justificativa do presidente Getúlio Vargas para instaurar a ditadura do Estado Novo; na Guerra da Coreia, o inimigo continuava sendo o mesmo, mas agora na península coreana em que se confrontavam militarmente o norte comunista e o sul capitalista. Esta abordagem tem como objetivo central verificar a hipótese de que um grupo de marinheiros de esquerda e muitos deles pertencentes ao Antimil (Setor Militar do PCB) atuaram e desenvolveram sua ação política com a finalidade de impedir que o governo brasileiro enviasse uma força expedicionária para combater na Guerra da Coreia. Em suma, buscaremos entender o processo de luta e mobilização bem como o mecanismo de repressão institucional que se abateu contra os marinheiros na Marinha de Guerra Brasileira, assim como analisar as graves violações aos direitos humanos que lhes foi infligidas como desdobramento de seu posicionamento político da não-participação das Forças Armadas na Guerra da Coreia.

Palavras-chave: Marinheiros; Esquerda Militar; Guerra da Coreia.

Abstract: This work aims to investigate the political mobilization of Brazilian Navy Marines who worked in the context of the Korean War (1950-1953), when Brazil was debating whether Brazil should participate in the Asian conflict. This approach has as its starting point the postwar and the unleashing of the Cold War, when this ideological and multifaceted confrontation politically gains contours of a conflict between capitalism and communism, and which at the time was close to a nuclear war. If the Communist danger had been the justification of President Getúlio Vargas to establish the Estado Novo dictatorship; in the Korean War the enemy remained the same, but now on the Korean peninsula in which the communist north and the capitalist south were confronted militarily. The main objective of this approach is to verify the hypothesis that a group of left-wing sailors and many of them belonging to the Antimil (Military Sector of the PCB) acted and developed their political action in order to prevent the Brazilian government from sending an expeditionary force to fight in the Korean War. In short, we will try to understand the process of struggle and mobilization, as well as the mechanism of institutional repression that attacked the sailors in the Brazilian Navy, as well as to analyze the serious violations of human rights inflicted on them as a result of their political positioning. non-participation of the Armed Forces in the Korean War.

Keywords: Sailors; Left Military; Korean War.

INTRODUÇÃO

A Guerra Fria, como é de conhecimento de muitos pesquisadores da área das Ciências Humanas e da Teoria Social, engloba diferentes atores, assim como são diversas as versões. O historiador Eric Hobsbawm trata da Guerra Fria em um dos capítulos

¹ Bacharel, licenciado, mestre em Ciências Sociais. Aluno doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (Unesp-Marília). E-mail: ricardo_romario@yahoo.com.br.



de uma de suas obras, a saber, ‘Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)² ao indicar que tal conflito envolveu os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e que teve início em 1947, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Desse modo, pontua no contexto da Guerra Fria que uma das características das superpotências, vencedoras da Guerra Mundial, foi a escalada retórica do confronto, ocasião em que aceitaram a distribuição desigual de poder, o que equivalia a um equilíbrio desproporcional de poder, mas que não era contestado na sua essência. De acordo com o historiador, a URSS passou a controlar uma parte do globo, onde exercia ascendência – nas áreas ocupadas pelo Exército Vermelho, tendo influência nas Forças Armadas comunistas após o fim da Guerra; e os EUA passaram a controlar e ter predominância sobre os demais países capitalistas, ou seja, o hemisfério norte, oceanos e “o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais”, além de não intervir na zona de hegemonia soviética (HOBBSAWM, 1995, p. 224).

Numa outra vertente da Teoria Social, desenvolvida pelo pesquisador brasileiro Paulo Vizontini, autor de diversos estudos e publicações, nos apresenta o litígio da Guerra da Coreia dentro do contexto da Guerra Fria. Nesse aspecto, ele aponta os EUA como o principal responsável pela grande escalada e proporção do conflito. Após se estabelecerem como um “exército de ocupação” nas áreas limítrofes do território coreano, os EUA tomaram para si a incumbência de dismantelar a guerrilha esquerdista anti-japonesa dos coreanos, e ao estabelecer uma divisão com os soviéticos sobre a partilha do território, colocou no poder um dirigente de Estado de orientação pró-ocidental Syngman Ree – que viveu 37 de 60 anos na América (VIZENTINI, 2008, p. 205).

Deste modo, a Guerra da Coreia foi um conflito militar desencadeado na península coreana localizada no continente asiático que ocorreu entre os anos de 1950-1953 envolvendo de um lado, o norte, comunista e, por outro lado, o sul, capitalista, situado no longo conflito ideológico e multifacetado conhecido como “Guerra Fria”. Neste aspecto, há considerável número de publicações e trabalhos acadêmicos³ que abordam a Guerra da Coreia, obviamente, na maioria dos casos, se inclinam, para uma versão mais favorável aos norte-americanos e ao governante sul-coreano Syngman Ree, causando, assim, uma distorção dos fatos, o que leva, muitas vezes, um leitor mais atento a duvidar das posições teórico-metodológicas.

² Hobsbawm (1995) assinala que a escalada da Guerra Fria em 1947 por parte dos EUA levou a URSS a mudar os planos de desmobilizar o seu efetivo militar.

³ Como é o caso do livro *A guerra da Coreia: nem vencedores nem vencidos* da autoria de Stanley Sandler que foi publicado pela Editora Bibliex (Biblioteca do Exército) em 2009.

Vizentini (2008) faz um contraponto às versões correntes que abordam o conflito. Em sua visão, a Guerra da Coreia foi ocasionada pelas sucessivas provocações e atos deliberados do governante da Coreia do Sul, Syngman Ree. Ao lançar mão de uma crescente retórica agressiva e confrontadora, além de assassinatos seletivos de emissários do norte, Ree, passou a perturbar a fronteira dos dois países ao autorizar investidas militares no território norte-coreano delimitado pelo Paralelo 38, o que levou as forças do norte da península a reagir. Segundo ele, essa era a “oportunidade de ouro” que os norte-americanos precisavam para criar um fato para poderem interferir em outro Estado. O autor faz um paralelo com Pearl Harbor, para situar o que se “desenhava”. Com tais propósitos, foi desencadeada a Guerra da Coreia entre as forças do norte e do sul da península coreana.

O confronto atendia às pressões da direita norte-americana que passou a dominar o cenário político norte-americano com a eleição de uma numerosa bancada de parlamentares sob a orientação política do Grand Old Party (GOP), a saber, o Partido Republicano. Diante disso, as agressões partem de ambos os lados beligerantes, e os EUA acabaram usando sua influência para se legitimar em foros internacionais como o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, e em uma das oportunidades, os norte-americanos aproveitaram a ausência da URSS, em algumas de suas sessões, para aprovarem duas resoluções que lhes davam poder de força⁴, e ‘legalidade’ para intervir militarmente.

O conflito na península coreana chegou ao Brasil e alimentou o debate político interno em várias entidades como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Clube Militar e a Casa do Sargento do Brasil⁵ além das tentativas da imprensa em pautar a discussão sobre a participação ou não do país na Guerra da Coreia. Uma das entidades mais importantes enquanto fórum veio a ser o Clube Militar. Antes, porém, para entendermos a questão seria preciso partir das eleições de 1950⁶ na entidade, cujo vencedor foi à chapa Estillac Leal-Horta Barbosa⁷, que se inclinava ideologicamente à esquerda. As discussões acaloradas entre as diferentes facções políticas atraíam a atenção

⁴ No dia 25 de junho de 1950, os norte-americanos conseguiram passar uma resolução no Conselho de Segurança das Nações Unidas que configurava a ação norte-coreana como agressão, e dois dias depois, no dia 27, uma nova resolução pedia que os países-membros da ONU usassem todos os meios possíveis para reverter a situação na península ao *status quo* anterior ao ataque norte-coreano. O governo norte-americano, assim, instrumentalizava a bandeira da referida organização visando combater o comunismo (ALVES, 2007, p. 135).

⁵ Maurício Gomes da Silva trata do debate entre os praças das Forças Armadas ao trabalhar o debate que se realizava na Casa dos Sargentos do Brasil. Para maiores detalhes consultar: Foices, Martelos e Fuzis: A Militância Comunista na Casa do Sargento do Brasil (1949-1950). 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Centro Universitário Fundação Santo André.

⁶ Sodré (2010) afirma que antes das eleições no Clube Militar em 1950, já haviam discussões e debates versando sobre pontos de interesse estratégico nacional como o problema do petróleo e das demais riquezas nacionais que eram alvos da cobiça internacional.

⁷ Alves (2007) aponta que com a eleição de Getúlio Vargas para a Presidência da República em outubro de 1950, a escolha do ministro da Guerra acabou se inclinando para o presidente do Clube Militar – Estillac Leal – que venceria a chapa opositorista de Cordeiro de Farias/Ribas Júnior.

dos formadores de opinião e do público em geral, e a questão acerca da Guerra da Coreia ganhou contornos políticos de amplo alcance com os artigos publicados em algumas edições da Revista do Clube Militar. Há o caso específico de um artigo publicado em julho de 1950, número 107, com o título “Considerações sobre a Guerra na Coreia” cujos questionamentos podiam ser notados no caráter ilegal da intervenção armada dos EUA (sem consulta prévia do Conselho de Segurança das Nações Unidas) que foi apontada nestes termos por Nelson Werneck Sodré:

Tal intervenção, um dos atos mais caracterizadores de brutalidade imperialista na seqüência dos muitos da “guerra fria”, vinha servindo como motivo de pressão sobre os países americanos, no sentido de que enviassem tropas à Coreia. Claro que os Estados Unidos não necessitavam de reforço militar. Pretendiam usar o conflito para submeter à sua vontade os países de sua órbita em que surgiam resistências à ação imperialista. No nosso caso, uma das formas de pressão concretizou-se no alarma geral, compelindo-nos a malbaratar as divisas penosamente acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial pelas restrições à importação. (SODRÉ, 2010, p. 379)

O celeuma sobre a publicação do artigo em questão entre os militares foi grande, e gerou uma reação conservadora e de oposição à diretoria do Clube Militar. Ali se confrontaram de um lado, os assim chamados “nacionalistas”, à esquerda do espectro ideológico e contrários à participação brasileira na Guerra da Coreia, e; de outro, os “liberais” ou “conservadores” que eram favoráveis ao envio de soldados brasileiros ao conflito em questão. Estes últimos faziam parte ou eram simpatizantes da Cruzada Democrática⁸, facção alinhada aos interesses norte-americanos. Deste modo, os pleitos no Clube Militar se refletiram nos debates realizados na imprensa brasileira, onde se tomaram posições, muitas vezes extremas e apaixonadas sobre a participação do país no conflito asiático.

O confronto entre as agendas da oposição e da situação no Clube Militar seria alçado a outro patamar com a eleição e posse de Getúlio Vargas para a Presidência da República. Contudo, era bom lembrar, que houve uma repressão do governo Dutra contra membros e simpatizantes alinhados aos nacionalistas na referida associação, ocasião em se fizeram transferências de militares para lugares distantes. Quando Estillac Leal tomou posse como ministro da Guerra, o mesmo não teve força suficiente para cancelar ou impedir as mudanças realizadas no Gabinete anterior. Nelson Werneck Sodré assim relata que as posições do ministro da Guerra em 1951 já estavam se enfraquecendo “na medida em que o dispositivo militar lhe permanecia estranho e em que o governo cedia às pressões internas e externas, recuando excessivamente” (SODRÉ, 2010, p, 387). Para ele, essa disputa entre à esquerda e à direita militar

⁸ Cunha (2014) explica que a Cruzada Democrática era um grupo militar de extrema-direita vinculado a UDN, organizado em 1952 com o objetivo de combater o setor nacionalista e de esquerda no Clube Militar.

no Clube Militar seria mantida nos anos seguintes e, em 1952, já com a questão do envio de uma força expedicionária asiática resolvida com a decisão de não ir à guerra, a Cruzada Democrática, organizada em março de 1952, vence o pleito e impede à reeleição da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa⁹.

DESENVOLVIMENTO

O debate sobre a participação ou não dos brasileiros no teatro de guerra coreano também aconteceu nas associações de classe que reuniam praças como as que ocorriam principalmente na Casa dos Sargentos do Brasil. Os trabalhos do pesquisador Paulo Ribeiro da Cunha e de Maurício Gomes da Silva oferecem pistas sobre a atuação política dos subalternos e apresentam ao público um grupo de militares de esquerda e comunistas que atuavam nas principais corporações militares do Brasil e, mais especificamente, na Marinha de Guerra brasileira, que se reuniam em torno do Antimil, objeto de estudo do Projeto de Doutorado. Tal organização, segundo Cunha (2014) foi fundada em 1929 e pertencia ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e se “manteve praticamente imune às lutas internas que erodiam as demais esferas partidárias” (CUNHA, 2014, p. 135).

Quanto à atuação do Antimil e grupos de militares de esquerda na Marinha de Guerra do Brasil, Maurício Gomes da Silva (2009, p. 105) também nos oferece importantes contribuições. Entre seus membros que atuavam junto aos marinheiros, haviam sargentos e oficiais; e as células do Antimil funcionavam nas corporações militares e reuniam até 8 pessoas e tinham a características de se manterem estanques, ou seja, eram células separadas que não se comunicavam umas com as outras. Consta que alguns militares atuaram na organização dos marinheiros nas embarcações da Marinha, e o setor era dividido em postos e graduações. Cunha (2002) assinala que a Marinha de Guerra chegou a contar com um número aproximado de 300 marinheiros e suboficiais militantes no PCB, e quase o dobro de simpatizantes. Chegaram a existir núcleos fortes e atuantes em vários navios de guerra onde havia discussões políticas intensas, “muitas reuniões” e que contavam com a presença de assistentes políticos. Sobre a questão do envio ou não de marinheiros para a Guerra da Coreia, o pesquisador indica que:

[...]. Naquela ocasião, houve inclusive uma deliberação do setor Antimil junto aos marujos para que os cruzadores Tamandaré e Barroso, recém-adquiridos e prontos a serem incorporados à armada, não seguissem dos Estados Unidos diretamente para o teatro de guerra coreano, como suspeitava-se acordado na época entre ambos os governos. Em face das fortes pressões internas contra a intervenção brasileira no

⁹ Para Sodré (2010) a derrota da chapa nacionalista fazia parte de uma agenda em que o debilitamento de Getúlio Vargas e a mudança de governo passavam pelas eleições no Clube Militar. “Dominando os meios de comunicação, a imprensa, o rádio, a televisão, dominando a estrutura econômica e financeira e extensas áreas do poder, restava apenas extinguir o foco de resistência militar, completando tarefa que vinha sendo metodicamente executada” (SODRÉ, 2010, p. 396).

conflito, abortou-se aquela possibilidade de implementação do acordo. Tudo indica que haveria uma sublevação organizada em contrário daquela ação, se prevalecesse o acordo denunciado para a intervenção. (CUNHA, 2002, p. 249)

Nelson Werneck Sodré indica que após a decisão tomada pelo governo brasileiro de não enviar uma força expedicionária para a Guerra da Coreia foi iniciado um processo de repressão aos militares nacionalistas e de esquerda, e que se voltou contra a tropa e os quartéis acabaram se modificando, tornando-se locais de torturas, oficiais transformaram-se em carrascos e tudo com a conivência dos comandantes militares, e que também atingiu os subalternos e os praças da “ultraconservadora” Marinha de Guerra brasileira¹⁰. As violências contra os militares, portanto, acabaram se espalhando pelas três forças militares, especialmente as direcionadas contra os marinheiros ligados aos grupos de esquerda. Muitos desses relatos constam em processos cujas minutas chegaram ao conhecimento do público como forma de denúncia no documento *Depoimentos Esclarecedores sobre os Processos dos militares* publicados em dois volumes no ano de 1953.

Uma das hipóteses deste trabalho, é que, face à intervenção dos marinheiros, entre outros militares, decorre o posicionamento do governo brasileiro de não enviar uma força expedicionária para lutar no “teatro de guerra” coreano. Porém, a hipótese maior que orienta esta proposta de pesquisa é de que foi este grupo de marinheiros de esquerda pertencentes ao Antimil, que atuaram e desenvolveram sua ação política com a finalidade de impedir que o governo brasileiro enviasse uma força expedicionária para combater na Guerra da Coreia, tendo ainda, entre os demais objetivos da pesquisa, identificar como os grupos de marinheiros de esquerda se mobilizaram politicamente no contexto do debate da Guerra da Coreia e investigar as torturas e violações aos direitos humanos cometidas contra os marinheiros punidos entre os anos de 1950-1953.

Nos últimos anos foram produzidos alguns trabalhos acadêmicos que tem a Guerra da Coreia como objeto de pesquisa. Dentre esses, temos o da autoria de Jayme Lucio Fernandes Ribeiro (2003) que se debruçou sobre a “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas” articulada pelo PCB no ano de 1950. O pesquisador indica que tal movimento foi gestado nos encontros dos “Partidários da Paz”, em Estocolmo – Suécia – e, seguiu a linha pacifista do Partido Comunista da União Soviética que buscou recolher assinaturas pelos militantes comunistas, divulgar documentos dirigidos à opinião pública, aos governos nacionais e à Organização das Nações Unidas.

¹⁰ Paulo Ribeiro da Cunha (2002) aponta que cerca de 1000 militares chegaram a ser presos e, muitos deles, expulsos. Maurício Gomes da Silva (2009) informa com base em entrevistas concedidas por ex-militares que a repressão aos militares se acentuou em 1952.

Ribeiro procurou demonstrar que, mesmo na ilegalidade, os comunistas brasileiros, se articularam e viabilizaram a participação de grupos sociais na campanha pacifista¹¹.

Um outro estudo acadêmico de grande envergadura foi a Tese de Doutorado de Edvaldo Correa Sotana, que tratou da problemática da Guerra da Coreia em um dos capítulos de seu trabalho. As fontes de pesquisa utilizadas pelo autor foram os jornais da assim chamada “grande imprensa”, e na questão da atuação dos comunistas brasileiros, o pesquisador indica que os militantes do PCB organizaram atividades como as do:

[...] Manifesto pela Paz na cidade de São Paulo (1949), o movimento Nacional pela Proibição das Armas Atômicas (1950-1951), o Segundo Congresso Brasileiro pela Paz (1950), o Congresso do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, a coleta de assinaturas para a Campanha em Prol do Conselho Mundial pela Paz (1951 e 1952), o Movimento Carioca pela Paz (1953), a campanha contra a Guerra na Coréia e a atuação dos inúmeros Comitês Pró-paz, como o da cidade de Santos (1952). As atividades dos comunistas brasileiros na luta pela paz ganharam pouco espaço na imprensa escrita nacional (SOTANA, 2010, p. 226).

No entanto, apesar dessa “suposta invisibilidade” dos comunistas na imprensa brasileira, percebe-se que entre as poucas publicações que davam algum tipo de destaque para o envio ou não de marinheiros para o *front* coreano, estavam publicações comunistas como a Voz Operária, e um jornal clandestino que circulava nas embarcações da Marinha denominado de Marinha Vermelha¹², sem maiores referências. Apesar da importância do tema para a compreensão da conjuntura do pós-guerra, percebe-se que há muito que ser levantado e pesquisado.

Inicialmente, tendo ainda a finalidade de justificar a proposta do Projeto de Pesquisa, nos amparamos na constatação de Antônio Carlos Peixoto sobre os estudos até então realizados sobre a temática dos fenômenos e das intervenções militares ao lado do papel político das Forças Armadas:

[...] os trabalhos que tendem a fornecer uma explicação da intervenção militar são poucos numerosos, sobretudo se considerarem a importância e a complexidade do problema. Seu poder explicativo é desigual e sob muitos aspectos insuficientes. Nenhum deles conseguiu reunir elementos suficientes para esclarecer, simultaneamente, a natureza e as características intrínsecas da instituição militar brasileira, de seu desenvolvimento histórico e de suas manifestações políticas. Todos esses trabalhos indicam certamente a necessidade de maior abrangência nesse tipo de pesquisa, através do aprofundamento dos esquemas explicativos em referência a situações históricas concretas em que a intervenção militar, qualquer que tenha sido seu nível, aparece de forma nítida. [...] Na realidade carecemos de estudos históricos capazes de servir à elaboração de modelos mais consistentes. Isso aponta evidentemente para necessidade de desenvolver

¹¹ Dentre os trabalhos consultados, Ribeiro (2003) parece ter sido o único pesquisador que utilizou, até o momento em se redige esse projeto de pesquisa, os jornais comunistas como fonte de pesquisa.

¹² 11 Quem oferece maiores detalhes sobre essa publicação é Cunha (2002).

a pesquisa histórica, ainda que limitada a momentos e aspectos circunstanciais e parciais do fenômeno militar. (PEIXOTO, 1980, p. 27-28).

Este objeto de estudo procura resgatar a projeção política dos movimentos de grupos militares de esquerda nas Forças Armadas, em especial os marinheiros. Nesse sentido, ao analisar a produção de estudos acadêmicos, Antônio Carlos Peixoto ainda assinala que, o estudo das sucessivas intervenções militares e do papel das Forças Armadas como ator político, levou a construção de um certo número de modelos que procuraram apresentar quadros analíticos explicativos do fenômeno militar. O autor indica que, a despeito das diferentes contribuições, as interpretações realizadas “revela muitas lacunas; ao mesmo tempo, certas questões de primeira ordem foram deixadas de fora do conjunto da reflexão e do quadro analítico proposto” (PEIXOTO, 1980, p. 27).

Contemporaneamente, há várias visões de análise sobre as Forças Armadas, tendo dois modelos bem consolidados teoricamente, os modelos ‘Institucional-organizacional’ e ‘Instrumental’¹³. O primeiro trabalha com a questão da autonomia da instituição militar, tese desenvolvida por Edmundo Campos Coelho no livro *“Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira”*. Ele apreende as Forças Armadas como uma esfera à parte da sociedade; pauta-a como objetivada mediante seus interesses. O referido autor considera o Exército, particularmente, como uma estrutura monolítica. Essa concepção afirma que os militares atuam de dentro para fora, ou seja, os militares teriam autonomia frente à sociedade. Essas características possibilitam a leitura de que não existe contradição política interna dos militares quando inseridos na política, demonstrando o caráter monolítico da Instituição, principalmente porque a tomada de decisão estaria articulada dentro da hierarquia.

O modelo ‘Instrumental’ é uma concepção que busca nos interesses de classes, grupos, forças políticas e correntes de opinião explicar as motivações das manifestações militares. Sendo assim, estes se apresentariam a partir de estímulos ou influências não somente internas, mas também externas às corporações, inclinando-se a alguns dos grupos ou identificando-se a um deles. Uma leitura à direita é operacionalizada pelo intelectual conservador norte-americano Samuel Huntington, em seu livro “O soldado e o Estado”, publicado pela Biblioteca do Exército (Bibliex). Ele reconhece as Forças Armadas como um instrumento de modernização capitalista e de caráter reformador em países mediados por forças políticas oligárquicas. Outra interpretação à esquerda dessa concepção, é oferecida por Nelson Werneck Sodré, oficial do Exército e historiador marxista. Ele apreende as Forças Armadas como originárias da classe média

¹³ Há outras leituras que talvez sejam derivadas das concepções Institucional/Organizacional e Instrumental. Assim, a concepção notadamente defendida por Alfred Stepan afirma que os militares exercem o Poder Moderador. A variante defendida por Oliveiros Ferreiros desenvolve o conceito de Partido Fardado, fazendo analogia com a ação unificada da Instituição Militar; a Esquerda Militar e o Partido Militar.

e/ou pequena burguesia e que desenvolveram posições progressistas ao longo da história, conferindo-lhe uma peculiaridade democrática e nacionalista. A fundamentação maior dessa tese e referência de qualquer debate sobre as Forças Armadas apresentam-se em dois trabalhos: “Memórias de um soldado” e “História Militar do Brasil”.

Por essa razão, resolvemos trabalhar com o referencial teórico “Instrumental” para demonstrar que grupos de marinheiros de esquerda e muitos com atuação no Setor Militar do PCB, o Antimil, atuaram politicamente no interior da Marinha de Guerra do Brasil no sentido de evitar que o país enviasse combatentes para lutar no *front* de guerra coreano. Assim, esse é um dos pontos fundamentais para a proposta de realização da presente pesquisa, que também procura contribuir para a explicação dos fenômenos e das intervenções militares; bem como perceber os marinheiros como atores importantes dentro das Forças Armadas nos acontecimentos da Guerra da Coreia (1950-1953).

Quanto aos métodos da proposta de estudo, a pesquisa¹⁴ ampara-se em fontes como documentos, processos jurídicos, memorandos, jornais, folhetos, relatórios; e o recurso à pesquisa de campo onde procuraremos entrevistar possíveis ex-militares, ex-marinheiros e pessoas que participaram direta ou indiretamente do contexto do debate sobre a participação brasileira na Guerra da Coreia (1950-1953). Quanto às formas de análise dos dados coletados, usaremos as ferramentas da análise do discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra da Coreia (1950-1953) está inserida no rol dos grandes conflitos do século XX e que contou com oponentes militares, políticos e ideológicos que representavam visões antagônicas sobre a geopolítica mundial. Neste aspecto, compreender a dinâmica que envolveu a agenda de enviar uma força expedicionária brasileira para o conflito é decisivo para a compreensão das implicações resultantes que se inclinaram para repressões e violações aos direitos humanos mais elementares de seus atores políticos, os militares da Marinha brasileira que se inclinavam à esquerda do espectro ideológico.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. C. *Da Itália à Coréia: decisões sobre ir ou não à guerra*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

¹⁴ 13 Pesquisa documental.

ALVES, V. C.; AMARAL, P. A. *O processo decisório em política externa: a decisão de enviar tropas à Guerra da Coreia*. XXVII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426284607_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf. Acesso em 22/12/2017.

CUNHA, P. R. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

_____. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Depoimentos esclarecedores (Sobre as prisões de militares). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1952.

Depoimentos esclarecedores: sobre os processos dos militares. v. II. Rio de Janeiro: Editora Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953.

HOBSBAWN, E. *A era dos extremos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACMAHON, R. J. *Guerra fria*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

PEIXOTO, A. C. *O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)*. In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

_____. *Exército e política no Brasil. Uma crítica dos modelos de interpretação*. In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

RIBEIRO, J. F. *Os "Combatentes da Paz": a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950)*. 2003. 188f. Dissertação de Mestrado (História), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SANDLER, S. *A guerra da Coreia: nem vencedores nem vencidos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

SILVA, M. G. *Foices, martelos e fuzis: a militância comunista na casa dos sargentos do Brasil 1949-1950*. 2009. 152f. Trabalho de Conclusão de Curso (História), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro Universitário Fundação Santo André, Santo André.

_____. *Militares Militantes: a militância comunista na Casa do Sargento do Brasil e na Casa do Sargento de São Paulo 1947-1952*. 2017. 253f. Dissertação de Mestrado (Ciências Humanas e Sociais), Universidade Federal do ABC, Santo André.

SODRÉ, N. W. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOLANA, E. C. *A paz sob suspeita – representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945-1953*. 2010. 272f. Tese de Doutorado (História), faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis.

VIZENTINI, P. G. F. "A guerra fria". In: *O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira, Celeste Zenha (Orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 195-225. (O século XX; v. 2).